

RELATÓRIO DO III SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO: ética da informação na *web*

Emails:

bernardinafreire@gmail.com
armando.malheiro@gmail.com
fcpaletta@usp.br
ghafreire@gmail.com
isafreire@globo.com
fujita@marilia.unesp.br
smostafa@ffclrp.usp.br

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Gustavo Henrique de Araújo Freire, Francisco Carlos Paletta, Isa Maria Freire, Solange Puntel Mostafa, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Armando Malheiro da Silva

A MEMÓRIA é uma ilha de EDIÇÃO. (Waly Salomão)

Ao se realizar um evento é comum apresentar um documento final denominado de relatório, ou seja, um relato descritivo das ações desenvolvidas durante sua realização. Compreendemos, todavia, que o relatório é um texto para além de um relato descritivo. Ele pode e deve ser compreendido como um documento-memória, o que eleva sua condição de prestador de contas para a condição de um conjunto descritivo e/ou numérico de fatos, ações e pessoas envolvidas, discursos, posicionamento teórico, político ou social. Ao considerarmos o relatório numa narrativa memorialística, este se efetiva enquanto uma “ilha de edição” cuja metáfora refere-se à capacidade de montagem, cortes, no sentido de selecionar o conteúdo a ser formatado e disseminado.

Este relatório diz respeito à realização da terceira edição do Simpósio Brasileiro de Ética da Informação (SBEI) ocorrido no dia 25 de maio de 2017, no Auditório Safra, localizado na Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) durante o 14º Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia, Sistemas de Informação, Ciência da Informação e Gestão da Automação (CONTECSI) sob uma visão multidisciplinar. Em seu contexto, ocorreram ainda o *36th World Continuous Auditing and Reporting Systems Symposium (WCARS)*, o II Congresso Internacional em Tecnologia e Organização da Informação (TOI - ECA/USP) e, dentro deste, o SBEI, e o *II International IT Meeting Outcomes (GAESI POLI/USP)*.

Historicamente, o I SBEI ocorreu em março de 2010 na cidade de João Pessoa, Paraíba, sob a coordenação local da Profa. Isa Maria Freire, ocasião em que reuniu nomes nacionais e internacionais para tratar das questões conceituais, de abordagens e suas consequentes aplicações. O evento foi realizado com apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, CNPq e CAPES.

Por questões outras, a segunda edição do SBEI ocorreu, em 2016, com o objetivo de discutir as Questões Éticas na Sociedade em Rede, no âmbito do TOI, em parceria com a coordenação geral do evento, tendo à frente o professor Francisco Paletta, e o Laboratório de Tecnologias Intelectuais, coordenado pela Professora Isa Maria Freire do PPGCI/UFPB e coordenadora do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi).

O SBEI passou, naturalmente, a fazer parte do TOI contando com a ação colaborativa de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq na área de Ciência da Informação e sob a auspiciosa coordenação dos professores Dr. Edson Luiz Riccio, Dr. Francisco Carlos Paletta (ECA/USP) e Dra. Isa Maria Freire (DCI/PPGCI/UFPB).

Em sua terceira edição, o SBEI centrou sua reflexão na temática “Ética da informação na *Web*”, adotando para tanto uma metodologia dialógica, sob a coordenação geral dos professores

Isa Maria Freire e Francisco Carlos Paletta, contando com a participação efetiva de membros dos seguintes grupos de pesquisa: Observatório do Mercado de Trabalho em Informação e Documentação (USP); Leitura, Organização, Representação, Produção e Uso da Informação (UFPB); Núcleo de Pesquisa e Tecnologia em Produção Científica (USP); Representação Temática da Informação (UNESP); Epistemologia e Políticas de Informação (UFRJ); Deleuze e a Ciência da Informação (USP); e Informação e Inclusão Social (UFPB), com o apoio direto e efetivo do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi).

Com o quantitativo de grupos de pesquisa envolvidos e estando o SBEI no âmbito do TOI, isso possibilitou ampliar a participação de professores, pesquisadores, profissionais da área da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e Arquivologia e de outras áreas, assim como de estudantes, fazendo ampliar a rede de discussão e interessados no campo da ética da Informação. Por oportuno, vale ressaltar que, no contexto brasileiro, o SBEI é um marco para a Ciência da Informação, lembrando que questões éticas não se efetivam apenas no espaço dos indivíduos, mas, também, no processo coletivo em que se faz necessário o entrelaçamento de todos e todas, considerando ainda a realidade contemporânea das questões éticas advindas da sociedade da informação e do convívio em rede. Nesse sentido, o III SBEI fundamentou-se, teoricamente, na compreensão da ética e no envolvimento dos sujeitos na sociedade em rede, contando, portanto, com três palestrantes, dois mediadores e uma relatoria.

Especificamente, neste evento, a relatoria optou por seguir rigorosamente o fundamento em que se estava ancorada: o diálogo. Nesse sentido, o presente relatório é um misto dos textos, das falas, dos slides apresentados pelos palestrantes. Tornando-se todos autores do mesmo, considerando que o relato deu-se numa espécie de transcrição da apresentação original dos palestrantes e de seus interlocutores.¹

1 MESA DIALOGADA: Ética da Informação na WEB

A abertura ocorreu com a participação dos organizadores: professores Dra. Isa Maria Freire e Dr. Francisco Carlos Paletta, que expuseram aos participantes o objetivo do III SBEI, bem como historiaram as finalidades do Simpósio e, sobretudo, a importância da temática. Em seguida, passaram a coordenação dos trabalhos para o professor Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire, que exerceu também as funções de mediador e debatedor. De posse da palavra, o professor apresentou a primeira conferencista, a Professora Dra. Solange Puntel Mostafa, da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto, do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação. O coordenador e mediador da mesa, Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire, professor Associado do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que fez uma síntese do Currículo Lattes da palestrante e convidou-a para tomar assento à mesa e fazer uso da palavra.

1.1 Uma Visão da Ética da Informação na Sociedade em Rede

¹ Neste relatório todos foram considerados autores, uma vez que suas falas e seus pensamentos foram muitas vezes transcritos *ipsis litteris* e seus escritos e slides como subsídio ao relato. Neste relatório ao mencionar o nome do/a palestrante e, entre parênteses, usarmos a data de 2017, nos referimos ao que foi comunicado pelo palestrante durante sua fala na mesa dialogada.

Solange Puntel Mostafa situou a ética da informação a partir da metafísica da matéria, apresentada pelo filósofo francês do século XIX Henri Bergson, na obra “Matéria e Memória²: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito”. Na edição de 2011, a discussão foi retomada e desenvolvida pelo também filósofo francês do século XX Gilles Deleuze, como plano de imanência acendrado e luminoso para se pensar a quádrupla identidade entre matéria, luz, movimento e imagem, de onde surgirão a vida e a memória do vivo, apresentadas pelo bergsonismo como intervalo de movimento.

A conferencista apresentou as novas noções filosóficas de problematização e responsividade na teorização de Erinn Gilson, na qual a ideia de “diante do outro” apresenta-se produtiva de devires, ou de uma ética como ontologia da liberdade. Discorreu sobre a noção de linha de fuga, apresentada por Bernd Frohmann, e propôs uma saída para a informação ética controlada pelos algoritmos da sociedade em rede.

Refletindo sobre matéria e memória, Mostafa anuncia que Bergson defende como tese primeira a inexistência de uma possível separação entre corpo e matéria. Ao tratar de percepções e matéria, ela esclarece que existe diferença apenas de grau e não de natureza, e exemplifica: “Eu olho a árvore lá fora e fecho os olhos. A árvore já está dentro de mim. Eu também sou matéria. Mas eu não percebo tudo da árvore, eu vejo o verde, o tronco, a copa, mas eu não vejo as nervuras das folhas; vejo as dunas, mas não vejo os grãos de areia” (MOSTAFA, 2017). Frente a esse entendimento, ela conclui que para Bergson (2011) a percepção é seletiva, utilitarista; é sempre um recorte do que já está lá na matéria. Assim, percebemos apenas o que nos interessa e o que o nosso corpo permite. O corpo permite apenas o necessário para a vida na Terra. Mostafa (2017) chama a atenção para a relação entre matéria e imagem na obra de Bergson e evidencia que ao considerar que a matéria é imagem, ele não estava se referindo à imagem como uma fotografia que representa uma coisa, uma cena, uma pessoa. Mostafa (2017) faz referência a Newton e suas reflexões entre os séculos 17 e 18 sobre ciência moderna, sobretudo ao referir-se à matéria enquanto força, fluxo, movimento, e afirma que Bergson empreendeu uma espécie de revisão e assume uma quádrupla identidade entre matéria, imagem, movimento e luz. A matéria é translúcida, é pura luz, reflete e refrata luz em todas as direções.

Citando Gilles Deleuze, Mostafa destaca que os conceitos de imagem e movimento estão relacionados de tal forma, que não há distinção entre eles, como se a imagem estivesse na consciência e o movimento nas coisas. Ela salienta que ao ler Bergson, Deleuze (2015, p.4) questiona “o que há? Se somente há imagens-movimento?” Para Deleuze (2015, p.4 apud MOSTAFA, 2017), “a imagem é movimento em si mesmo e o movimento é imagem; a verdadeira unidade da experiência é a imagem-movimento”. Desse modo, ela reforça a ideia de que Deleuze (2015) deu vida nova a vários filósofos que estavam esquecidos pela história da filosofia, tais como: Bergson, Espinosa, Leibniz e David Hume, e, em todos, há uma fértil apropriação, hoje, em várias áreas do conhecimento. Ela viu em David Hume uma oportunidade singular para a teorização das Linguagens Documentárias, pois os “arquitetos estão pensando as cidades como dobra do universo, segundo a inspiração leibniziana da mônada”. E acrescenta: “o que dizer de Espinosa, presente na Educação, nas áreas de saúde e até na ciência da informação através da Informação-afeto?” Para ela, nós devemos muito a Gilles Deleuze nessas fronteiras do pensamento.

² Obra publicada pelo autor, cuja primeira edição é de 1896.

Dando continuidade ao pensamento de Bergson e às imagens-matéria, Mostafa (2017) argumenta: “se tudo é Imagem, no sentido em que abro os olhos e tudo aparece (imagem como sinônimo de fenômeno, ou de aparição), o mundo é uma fantástica variação de imagens ininterruptas”. Reforça seu raciocínio dizendo que “nós, os vivos, nós e os nossos bichos [...], nosso jardim que também é vivo, [...], somos um tipo especial de Imagem, pois, existe em nós, no dizer de Bergson, um intervalo entre receber as outras imagens e devolvê-las ao mundo”. Há no vivo um intervalo de movimento, assim nós não respondemos automaticamente ou pelo menos nos é dado um tempo para responder. É neste intervalo de tempo que ela situa a ética das diversas movimentações na *Web*, considerando que há, aí, um intervalo ético que envolve intuição. A intuição é, pois, para Bergson, o método rigoroso da filosofia. Mostafa menciona que há outra tese difícil para aceitarmos, ou seja, “a radicalidade da intuição como método de conhecimento”. Neste intervalo de movimento, ela situa “a memória, a automática e a memória mais atenciosa e consciente, essa que Bergson diz ser a verdadeira memória” (MOSTAFA, 2017). A este intervalo de movimento, Bergson chama de “Centro de Indeterminação”.

Quanto maior for o intervalo, maior será a indeterminação. Para explicar esse entendimento, sobre o intervalo de movimento, Mostafa cita uma possível experiência entre seu cachorrinho Shitzu e o pastor alemão de sua vizinha. Ambos, se soltos na rua, Shitzu morre na hora, “pois ele não pensa, ele é pura excitação. Já o pastor alemão da vizinha, ele hesita mais, ele tem mais noção do perigo”. Mostafa destaca que todos nós somos, em grande parte, hábito: nós, seres humanos, nossas flores, jardins e animais. “Nós reproduzimos o movimento da matéria, pois matéria é repetição” e destaca novamente a obra de Bergson, *Matéria e Memória*, e a de Deleuze, *Diferença e Repetição*. Após essa digressão, Mostafa questiona: [...] “quando é então que vamos conseguir produzir a diferença, se a repetição faz parte de nós, de nossa natureza orgânica? Na percepção, retemos algo do que é percebido. A retenção chamar-se-á memória, a escolha das respostas possíveis abre para o vivo um campo de expectativas” (MOSTAFA, 2017). Para ela, o vivo antecipa o futuro e no intervalo há uma espera. “O vivo retém e espera. Antecipar é uma forma de esperar”. Liberdade e espera se confundem, diria Bergson (2011 apud MACIEL, 2002). São pausas do destino (LISSOVSK, 2004). São intervalos de movimento.

Nesse sentido, Mostafa ressalta que estamos todos mergulhados em nossos tempos, em nossos movimentos: “estamos todos no ponto S do cone invertido do Bergson onde o passado, o presente e o futuro se confundem; se misturam”. Eis aqui mais uma tese complexa de Bergson: “é de um passado que se conserva puro que virão as novidades de um atual, novidades de um presente que não para de passar, um presente que é devir”. O presente é devir ou um tornar-se; o passado está à nossa disposição para ser acessado em qualquer ponto dele. Lembranças mais distantes de um passado puro, conservado, intocável, Bergson chama de lembranças puras ou virtuais. Passado puro. Passado virtual (MOSTAFA, 2017).

Esta é uma noção de inconsciente ou virtual, de que cada mônada é o espelho do universo. Tudo o que existe: orgânico ou inorgânico, gente, pedra ou planta, essas materialidades só se diferenciam por este intervalo de movimento, pelo grau deste intervalo. Nessa visão, Mostafa (2017) adverte que o problema que nos cerca hoje, dentro e fora das redes sociais, é como estamos lidando com o nosso intervalo de movimento. “O intervalo entre os estímulos que recebemos e as respostas que damos a eles”. Assim, é oportuno questionar como estamos tratando a nossa duração, a duração de cada um de nós. O que estamos fazendo com o nosso intervalo de movimento, reforça Mostafa.

Além de Bergson e Deleuze, Mostafa cita dois outros autores, Bernd Frohmann (2004), cujo artigo chama-se *Foucault, Deleuze e a ética das redes digitais*, e outro, mais recente, de uma americana feminista chamada Erinn Cunniff Gilson (2014), que vai direto ao ponto ao relacionar a ética a uma ontologia da liberdade. Mostafa explica que a nova noção de problema teorizada por Deleuze (2015), e a apresentada pela feminista americana Erinn está presente também em Bergson, pois este é um dos filósofos que no início do século XX passa a dizer que pensar, assim como evoluir, é, antes de tudo, criar problemas e não encontrar soluções. “Em qualquer atividade criativa, o que vem primeiro é o problema!” (MOSTAFA, 2017). A esse respeito, “pode-se perguntar qual é a natureza dos problemas, e Bergson dirá, sem hesitação, que os problemas são virtuais”. Quando alguém formula um problema, atualiza uma virtualidade imanente, diz Mostafa. O processo de atualização é uma verdadeira criação. Nesse intervalo de hesitação é “que o homem se abre para um campo de virtualidades. Quanto maior for a indeterminação do ser vivo, mais problemático ele se torna, conseqüentemente mais imprevisível ele se torna, e mais criativo também.

Como em toda virtualidade, o problema enquanto um virtual é inesgotável. Mostafa expõe que a ontologia da liberdade requer responsividade; *responsiveness*, como expressa Erinn C. Gilson (2014). Resposta é diferente de solução. É por isso que os filósofos estão dando um novo sentido à noção de problema, esclarecendo que quando temos dúvida, estamos num campo de indeterminação; se formos capazes de explorar o que intuimos nesta indeterminação, podemos chegar à formulação de um problema (MOSTAFA, 2017). O problema nasce no campo intuitivo e é formulado pela inteligência. Para Bergson (2011), existe uma questão ética; por conseguinte, é preciso que nos aproximemos dos criadores, porque são esses que vão transmitir criação. Aqueles que resolvem problemas práticos o tempo todo não conseguem criar o novo, “ganham bons salários, são valorizados no mercado, têm soluções para tudo, mas, na forma de um *dejà vu*, não conseguem intuir as novidades do virtual e reforçam que a problematização é um projeto ético porque o problema não está dado, e bem colocado”; por isso, “tendem a abrir certas possibilidades e fechar outras” (MOSTAFA, 2017). A problematização como um elemento essencial da ética expande a ideia de crítica, tornando-a positiva, construtiva, isto é, criativa.

A problematização deleuziana exige que as atividades criativas sejam também responsivas. “Se o problema não é mais igual ao problema da matemática, a resposta também não é mais solução, mas um caso de solução. A resposta não se dirige ao problema, mas às condições de sua emergência, à sua estrutura problemática” (MOSTAFA, 2017). Assim, mais do que buscar uma solução, a resposta dá voz ao problema.

Erinn C. Gilson fala no título do artigo em ‘*responsiveness*’, talvez, para diferenciar de uma maneira mais tradicional de pensar a responsabilidade. “A ‘response-ability’ também é uma ‘ability to respond’, a respons (ability)” (MOSTAFA, 2017). Deleuze prefere enfatizar uma sutil diferença nesta relação com o outro, não no sentido de beneficiar o outro, ou fazer pelo outro, no lugar do outro, mas diante do outro. Para Erinn C. Gilson (2014), o conceito de responsividade facilita o devir dos outros através do nosso próprio devir. E isto é ético porque temos que estar à altura disso que nos acontece nos encontros; à altura de novas visões e novas compreensões que nos atravessam nos encontros enquanto acontece. Nesse sentido, Mostafa cita o exemplo da mulher árabe, de burca, na praia francesa, ao lado da jovem loira de topless. Para ela, uma típica família tradicional islâmica, com uma mulher coberta dos pés à cabeça com sua burca negra, entra no mar cercada por seus filhos pequenos enquanto o marido em calção de banho aproveita o sol da Côte d’Azur. “Duas mulheres que entram em devir uma diante da outra, sem necessidade alguma

de se falarem ou de corrigir as expressões do corpo uma da outra, pois elas se comunicam por ressonância e não por palavras” (MOSTAFA; NOVA CRUZ, 2015 p. 66). A questão do devir não é fazer pelo outro, mas diante do outro. E tornar-se ético é estar à altura do que nos acontece, diz Deleuze (2015). O pensamento como atividade criativa expressa esta coisa intangível chamada acontecimento, e se expressa por conceitos filosóficos e éticos. Para Deleuze (2015), a filosofia e a ética estão conectadas nesta tentativa de expressar o acontecimento. Mas o acontecimento também não é evento qualquer, diz Mostafa (2017), é o acontecimento do sentido; algo novo surgiu do que se passou. Deleuze denomina isso de *Lógica do sentido*. O conceito filosófico é uma maneira de trazer virtualidade à matéria.

Nesse entendimento, Mostafa (2017) esclarece que “o vivo tem aquele intervalo. A vida lembra. A vida memoriza. A vida é o que possibilita fazer com que a matéria saia da repetição criando outras formas materiais”. A filosofia de Bergson reforça que as cidades também têm seus intervalos, têm a sua própria duração, o seu próprio tempo. A filosofia de Bergson inovou o século XX ao trazer esta nova concepção do tempo, que não é mais um tempo eterno, “mas é um tempo que faz e se refaz a cada novo encontro, é um tempo em que o passado que é virtual se atualiza em um presente que já está passando” (MOSTAFA, 2017).

Passando para o texto de Frohmann, Mostafa diz que ele está situado na dobra Deleuze-Espinosa tentando derivar o conceito de ética, a partir do livro *Ética*, de Espinosa, em que os afetos definem os corpos e o encontro de corpos. Como os corpos são definidos como a capacidade de afetar e serem afetados, Mostafa (2017) acredita que o exemplo, dado por Deleuze, sobre a vespa-orquídea ainda é útil, e esclarece que Frohmann não menciona este exemplo. Ele segue dizendo que, para Deleuze e Guattari, a ética é localizada numa zona abstrata, antes da determinação das formas e dos sujeitos. “Poderíamos também pensar numa zona ideal, antes que abstrata, para ficarmos na fórmula de Proust, ideal sem ser abstrata; real sem ser atual, mas também é legítimo pensar no nosso intervalo de movimento bergsoniano” (MOSTAFA, 2017). A ética deleuziana opera numa zona anterior aos esforços para fortalecer os efeitos bons ou ruins da internet.

A respeito dos efeitos do global sobre o local, se são bons ou ruins, Frohmann (2006) esclarece que esse é um problema mal colocado e reposiciona o problema na teoria dos afetos de Espinosa, onde as boas escolhas são aquelas que aumentam nossa capacidade de existir e, portanto, de agir. Assim, Frohmann explora a linha de fuga proposta por Deleuze na análise das redes digitais, considerando que os afetos ou o encontro de corpos revelam as conexões e os agenciamentos da vida social. O importante para as redes digitais era estar conectado, mas Frohmann (2006) atesta que o que as redes sociais precisam garantir é a conexão ininterrupta dos usuários, pois “a finalidade de grande parte da comunicação política dependente das tecnologias digitais é simplesmente estabelecer contato, provocando comoção em públicos- alvos cuidadosamente trabalhados” (FROHMANN, 2006, p.12). Uma vez despertada, a reação emocional do público é manipulada pelas tecnologias digitais. Frohmann (2006) identifica tais processos baseados nos enunciados digitais com a teoria da informação de Shannon e Wiener, pois tais processos “não têm a ver com a comunicação de ideias, pensamentos, proposições, argumentos, evidências ou julgamentos. Eles têm a ver com os poderes emocionais dos fluxos dos documentos digitais” (MOSTAFA, 2017).

Finalizando, Mostafa indaga como os três autores consultados para esta mesa, Bergson, Frohmann e Erinn, podem ajudar nessas reflexões e realça que o nosso centro de indeterminação está à nossa disposição, e aí se tem a linha de fuga do agenciamento, como ressalta Frohmann

(2006). Como expressa Erinn (2004), a resposta está diante do outro, e não pelo outro. Para Mostafa (2017), um exemplo disso é a canção dos Secos & Molhados, que fala na mola que salta do centro da própria engrenagem: “*Quem tem a força de saber que existe e no centro da própria engrenagem inventa a contra mola que resiste*”. A questão é: “como fugir para aquele centro de indeterminação para sair de lá com novos agenciamentos, novas combinações, novas paisagens, novos deslizamentos de planos entre ciência, arte e filosofia?” Como ser responsável eticamente permitindo devir outros, diferentes de nós mesmos?

Frohmann (2006) preocupa-se com “os vacúolos de não comunicação”, tal qual Deleuze, que pensou em dar uma resposta crítica ao excesso de comunicação em que as pessoas estão mergulhadas, talvez a linguagem tenha apodrecido, cogita Deleuze. “É preciso um desvio da fala; criar vacúolos de não comunicação, interruptores, para escapar ao controle” (DELEUZE, 1992, p.217). Desligar a comunicação. Mas como?

Mostafa (2017) pressupõe um caminho: no início do livro *O que é filosofia?* (1992, p.261), de Deleuze, em que há uma saída pela arte, o filósofo menciona uma incomunicável novidade, a de que “os homens não deixam de fabricar um guarda-sol que os abriga, por baixo do qual traçam um firmamento e escrevem suas [...] opiniões; mas o poeta, o artista abre uma fenda no guarda-sol, rasga até o firmamento para fazer passar um pouco do caos, [...] e enquadra numa luz brusca, uma visão que aparece através da fenda”. Nesse ínterim, “vêm os imitadores e aquilo é repetido à exaustão, mas será preciso sempre outros artistas para fazer outras fendas [...] e restituir assim [...] a incomunicável novidade que não mais se podia ver” (DELEUZE, GUATARI, 1992, p.261). A partir de um paradigma estético, os autores estão propondo algo que é tido por incomunicável. Aí vem a questão: como comunicar o incomunicável, como acolher as visões de uma pintura ou de um poema, indaga Mostafa (2017).

Nos vacúolos de não comunicação, entre solidão e silêncio, ali é possível acolher a incomunicável novidade, criando uma nova fala de cores, imagens, sons e novas palavras para nossas atividades científicas ou de lazer. Linguagem esta que estamos há algum tempo chamando de *linguagem documentária menor*, diz Mostafa (2017), reforçando que as possibilidades de apropriação dos dados pela arte e pela filosofia são capazes de gerar linhas de fuga (MOSTAFA; NOVA CRUZ; AMORIM, 2015). Arte e filosofia conduzindo-nos a novos mundos. Como preceitua Mostafa (2017), os profissionais das humanidades digitais estão transformando os dados (o *big data*) em dados visuais, e o resultado são gráficos capazes de afetar gerações de visitantes em galerias e museus, verdadeiras obras de arte que fixam em telas de afetos infinitos, do caos virtual. O grande dado, travestido de grande quadro pintado, com sua capacidade de afetar (e de ser afetado), numa escala exponencial inalcançável para o entendimento humano.

Quando Frohmann (2006) diz que os enunciados impessoais produzem seus efeitos, ele está numa posição crítica. Faltou, assim, apenas, ele dizer que uma das linhas de fuga possíveis para esses enunciados é transformá-los em obras de arte, o que está sendo feito pelos humanistas digitais, profissionais, que a um só tempo são artistas e informatas. Como Deleuze já tinha sugerido nos Mil Platôs, uma sociedade não se define pelas contradições que ela gera, mas pelas linhas de fuga que ela é capaz de traçar.

1.2 A Política de Organização da Informação para a Web numa Perspectiva Ética

Como continuidade da Mesa Dialogada, o Professor Gustavo Henrique de Araújo Freire convidou a Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita, Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Professora titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Marília, bolsista PQ-1C, atua junto à Pós-Graduação em Ciência da Informação da mesma instituição e trabalha com produção e organização do conhecimento. Em sua trajetória profissional, tem acumulado uma vasta experiência e reflexão que envolve o tema a ser tratado, passando a palavra à convidada que reiterou o prazer do reencontro com profissionais da área, mas, sobretudo pela importância de discutir a temática no âmbito do III SBEI.

A palestrante iniciou refletindo pelo viés da práxis denominando de “Organização e Representação da Informação: fundamentos e conceitos em ORC”. Adotando na perspectiva da organização e representação do conhecimento o sistema de classificação para *Knowledge Organization Literature* (DAHLBERG, 1993), abordou os sistemas de classificação, taxonomias, ontologias e tesouros: estrutura e construção, bem como os processos de organização do conhecimento e as metodologias de classificação, indexação e elaboração de resumos. Para tanto, ao se referir à Representação do Conhecimento, ela considerou: 1) Aplicação dos instrumentos e produtos documentários; 2) Representação do conhecimento por linguagens e terminologia; 3) Ambiente da organização do conhecimento: questões contextuais e dimensão social da área.

Com vistas a aprofundar sua explanação, a palestrante cita a Organização e Representação da Informação e seus fundamentos e conceitos em ORC, trazendo como esteira conceitual a compreensão de (HJØRLAND, 2008, p.86), ou seja, a Organização do Conhecimento em sentido específico, que se refere à organização cognitiva ou intelectual do conhecimento, compreendendo as atividades de “descrição documentária, indexação e classificação realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições da memória” por bibliotecários, arquivistas, especialistas da informação, especialistas de assunto”. A Organização do Conhecimento refere-se ainda à “natureza e qualidade dos Processos de Organização do Conhecimento (KOP), bem como dos Sistemas de Organização do Conhecimento (KOS) usados para organizar documentos, representações de documentos, palavras e conceitos”. Os pontos focais de análise, o *Knowledge Organizing Processes* (KOP) e o *Knowledge Organizing Systems* (KOS), são aspectos contra-argumentados pelo pensamento de Bräscher e Café (2009, p.5), que se colocam como divergente ao pensamento de Hjørland (2008), assegurando que esses processos se aplicam a objetos físicos, informacionais e, conseqüentemente, são processos de organização da informação e não do conhecimento. No contexto da Organização da Informação e da Representação da Informação, “temos como objeto os registros de informação. Estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das ideias, cuja unidade elementar é o conceito” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2009, p.5).

Para Fujita (2017), o objeto de estudo da Organização do Conhecimento é o conhecimento socializado. Ela entende que a Organização do Conhecimento, como disciplina, dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, apresenta metodologias de uso e recuperação por linguagem natural, que, nesta visão integral do conhecimento, se associam às classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação, abrindo perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação (BARITÉ, 2001, p.41). Abrem-se,

assim, a perspectiva do ambiente institucional e a concepção do conhecimento registrado, as quais são: Organização e Representação do Conhecimento (ORC); Sistemas de Organização do Conhecimento (KOS); e a construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade. Ademais, há a Organização e Representação da Informação enquanto Processos de Organização da Informação: descrição documentária, indexação, classificação e atividades de organização de coleções em unidades de informação. Incluem-se, nessa discussão, a efetividade da Política de Organização da Informação e o contexto da *Web*.

Fujita (2017) explicita sua compreensão sobre Política de Organização da Informação, pontuando os seguintes aspectos: a) Emana de uma negociação entre as pessoas que realizam um consenso para promoverem um serviço estratégico com resultados visíveis para a comunidade; b) É um conjunto de condutas, procedimentos e instrumentos imersos em um contexto de gestão e envolvidos pela cultura organizacional da unidade de informação; e c) Propõe como objetivo para essa proposta de política aprimorar os sistemas de recuperação da informação (SRI) no que se refere à armazenagem, tratamento e disseminação.

Para tanto, justifica a importância de sua opção sob seguintes argumentos: a) Gestão da informação registrada de modo a dar visibilidade à recuperação da informação; b) Identificação de condutas teóricas e práticas para o tratamento descritivo e temático da informação documentária dos profissionais envolvidos com o objetivo de definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa; c) Visão mais ampliada considera a influência do contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de Organização da Informação; d) Visão mais direcionada aos processos de organização da informação e sistema de organização do conhecimento, contidos em um manual, sua operacionalização e avaliação, sobretudo no contexto da *Web*, considerando a *World Wide Web*, ou *Web*, um ambiente interativo que possibilita o armazenamento e troca de informações em escala global; a *Web 1.0*: tecnologias estáticas e de pronto consumo; a *Web 2.0*: blogs, wikis e podcasts, exemplos das redes sociais colaborativas; a *Web 3.0*: *Web Semântica*: possibilidade de incorporar ligações semânticas aos recursos informacionais disponibilizados no ambiente web (RAMALHO; OUCHI, 2011); e, mais recente, a *Web 4.0*: *Cloud Computing*.

Sobre a influência da política de organização da informação, Fujita (2017) expõe como possibilidades a *exaustividade e especificidade* na identificação e seleção de conceitos durante a análise de assuntos (ABNT 12676, 1992). A seleção de termos impõe um número mais restrito, e o ideal seria que o nível de representação do conteúdo do documento por termos identificados fosse abrangente, de forma a garantir as necessidades de recuperação da informação dos usuários. Com relação à *especificidade*, a seleção de termos poderá recair sobre termos mais genéricos e menos precisos, pois a preferência, em alguns casos, está na escolha de um termo genérico que substitui vários outros termos. Fujita (2017) destaca a necessidade de atentar-se para a *Web Semântica*, enquanto um conjunto de tecnologias semânticas desenvolvidas pelo W3C (*World Wide Web Consortium*), consórcio mundial entre empresas, instituições acadêmicas, profissionais e pesquisadores, que tem como proposta melhorar a recuperação de informações por meio da criação e implantação de padrões tecnológicos, o que se convencionou denominar de tecnologias semânticas. Além do padrão RDF, compreendido como uma camada estruturante da *Web semântica*, que, de acordo com Catarino e Souza (2011), constitui o fundamento da *Web semântica* cujos benefícios são apontados, por Souza e Alvarenga (2004, p.136), como os de prover um ambiente consistente para a publicação e utilização de metadados na *Web* utilizando a infraestrutura do XML, além de prover uma sintaxe padronizada para a descrição dos recursos e

propriedades dos documentos na *Web* e permitir que aplicações possam agir de forma inteligente e automatizada sobre as informações publicadas na *Web*, uma vez que seus significados são mais facilmente inteligíveis.

As pesquisas desenvolvidas pelo W3C (*Web* semântica) quase sempre se relacionam com Sistemas de Organização do Conhecimento (KOS) e/ou com os Processos de Organização da Informação (KOP): descrição documentária, indexação e classificação. Quanto à descrição documentária ou representação descritiva, torna-se necessário tomar como atributo normativo ou mesmo de auxílio alguns instrumentos, tais como: RDF: forma de representação dos metadados sobre recursos *Web* (título, autor, data de modificação de uma página da *Web*, copyright); sucessor do AACR2; catálogos tradicionais em formato MARC necessitam de modelar os dados nos moldes do RDF (CATARINO; SOUZA, 2012); *Library of Congress*: identificadores únicos para cada recurso informacional; disponibilização da sua LCSH em URI e o *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI): recomendações para expressar os metadados em RDF.

Ainda em relação a uma política de organização da informação no contexto da *Web*, a representação descritiva pode prever a transformação dos bancos de dados bibliográficos em formato RDF para proporcionar aos usuários acesso aos catálogos diretamente pela busca web. Destarte, para os sistemas de organização do conhecimento (KOS), devem-se adotar o desenvolvimento e a modelização de SKOS (*Simple Knowledge Organization System*), escritos em RDF como modelo para criação de sistemas de organização do conhecimento, e o OWL para desenvolvimento de ontologias. Assim, torna-se necessário o uso de instrumentos, tais como: o SKOS, uma área de trabalho que desenvolve especificações e padrões para apoiar o uso de sistemas de organização do conhecimento (KOS), a exemplo do tesouro, esquemas de classificação, listas de tópicos e taxonomias no âmbito da *Web Semântica* (<https://www.w3.org/2004/02/skos/>); CDD e CDU: dois projetos SKOS; a Norma ISO 25964 *thesaurus standard* (2012-12-13); e OWL (*Web Ontology Language*): para construir vocabulários ou ontologias com o objetivo de organizar os dados de um domínio. Adotar a política de Organização da Informação pode prever cada vez mais compatibilidade de seus vocabulários controlados com o uso das tecnologias semânticas para a *Web* para enfrentar as mudanças da *Web*.

Quanto à indexação e classificação como processos de organização da informação, essa é a evolução necessária. Softwares que usam técnicas de inteligência artificial nos processos de organização da informação têm como objetivo recuperar a informação, de acordo com determinada necessidade do usuário, diferente, portanto, de recuperação de dados, de indexação enquanto metodologia de representação adequada do conteúdo documentário na *Web*. Isso ocorre porque não há estratégia para a indexação de documentos, recuperação das informações por meio de “motores de busca” em busca de palavras sem qualquer ligação semântica. Dessa feita, a *Web* semântica envolve estratégia padronizada de indexação com ferramentas e tecnologias para anotação semântica das páginas *Web* e para a construção de ontologias compartilhadas (SOUZA; ALVARENGA, 2005).

Quanto aos desafios impostos que são nesse território da virtualidade, em relação à Política de Organização da Informação na *Web* semântica, existe a aproximação com um grande sistema de recuperação da informação (SRI) que realiza a armazenagem, o tratamento e a disseminação. Isso depende da Ciência da Informação e da Organização da Informação para a criação e aprimoramento das tecnologias semânticas com mais padronização, o que depende, por sua vez, da comunidade científica, de profissionais e instituições acadêmicas para o consenso sobre o desenvolvimento e monitoramento dos processos e sistemas de organização do

conhecimento. A política de organização da informação na *Web* deve ser mais atenta à padronização e ao efetivo cumprimento das normalizações, tendo em vista que o compartilhamento aumenta, e cada recurso informacional será recuperado por meio das representações descritivas e temáticas disponíveis pelas tecnologias semânticas. Os compromissos éticos com o usuário e com o conteúdo informacional devem ser garantidos pelos valores éticos em Organização e Representação do Conhecimento: garantia cultural e de uso, hospitalidade cultural, respeito ao domínio do conhecimento, precisão, exaustividade, consistência, garantia literária, atualização, cooperação (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008).

1.3 Reflexões Éticas sobre Três Problemas Trazidos pela Revolução Tecnológica em Curso: a desregulação da liberdade, a crise da privacidade e a (in)segurança

O painel em tela foi mediado pelo professor Francisco Carlos Paletta que, introdutoriamente, apresentou o Professor Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, a partir da leitura síntese de seu currículo Lattes, destacando suas produções, bem como sua contribuição a várias Escolas de Ciência da Informação e aos Cursos de Arquivologia no Brasil nas mais diversas regiões. Deu-lhe as boas-vindas reiterando o prazer de ter, durante o Simpósio, o português mais brasileiro que a história da área registra. No tom de expansividade, passou a palavra ao Professor Armando Malheiro, que reiterou o prazer de estar no Brasil, em especial, participando da terceira edição do SBEL.

Introdutoriamente, o professor Malheiro ressaltou a necessidade de refletir sobre o tema da Ética da Informação, todavia, destaca que se trata de uma Ética aplicada às consequências que vão emergindo de um processo histórico em curso relacionado com a gênese e o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, sua expansão e impacto na vida individual e social. Ressaltou ainda que há os que defendem tratar-se de uma disciplina própria, e os que a entendem como um ramo da Ética, posição por ele defendida. Isso implica que não se pode ensinar ou dissertar sobre Ética da Informação sem aprofundar leituras e conhecimentos filosóficos a respeito da Ética, situando-a inicialmente sobre os aspectos que foram denominados de revolução tecnológica, revolução informacional e era digital da informação.

Ao assentar sua reflexão sobre esses aspectos, Malheiro (2017) destacou algumas ponderações históricas e conjunturais que tiveram início em meados do século XX quando emergiu uma tecnologia capaz de atrair a convergência de dispositivos anteriores como o telefone, a máquina fotográfica, a máquina de filmar, a máquina de escrever, o gramofone, o rádio, a televisão, o computador e, com ele, a eletrônica, a informática e a telemática/internet. Uma tecnologia processadora, armazenadora e disseminadora de informação. A informação entendida como “um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada”. Essa definição foi formulada por ele e Fernanda Ribeiro, em 2002.

Em relação à Comunicação, esta pressupõe, por sua vez, interação/intersubjetividade e partilha de sentido, ou seja, compreensão e entendimento do receptor da informação transmitida pelo produtor. Malheiro traz ainda o conceito de mediação tecnológica, que em sua visão constitui

um conceito-chave para o processo infocomunicacional. Ela não é neutra, mas também não se pode dizer que haja um determinismo tecnológico vincado, como sempre advertiu Manuel Castells. Ela propicia condições e práticas de uso inéditas que atraem o bem e o mal, a felicidade e o caos, moralmente falando.

Em relação à Ética, enquanto exercício racional de fundamentação moral (das normas, atitudes e práticas comportamentais), esta carece de um fundamento original ou primordial. Razão pela qual até o Renascimento e, sobretudo, à Época das Luzes (séc. XVIII) tenha vigorado no Mundo Ocidental uma ética teocêntrica (judaico-cristã) em que Deus era o referencial. Posterior ao período supramencionado deve-se observar a propositura filosófica de Kant, Voltaire, Rousseau, etc., em que o “Homem destrona Deus”, emergindo, assim, a ética antropocêntrica e humanista. Estas se tornam a matriz de base, da qual correntes ou “escolas” éticas já existentes ou que se viriam a formar, enfrentaram-se e posicionaram-se.

Por outro lado, não se pode esquecer a razão pelo qual o novo Fundamento da Ética não seja respeitado consensualmente, fato que se pode justificar na diversidade multicultural da qual fala Rafael Capurro (2014) ou na diversidade contextual e sua importância condicionadora do comportamento moral, como reconhece a filósofa Adela Cortina Orts. Há também outras razões mais profundas como a ilustrada pela alegoria do lobo bom e do lobo mal enunciada por um chefe indígena Cherokee.

Malheiro frisa ainda códigos profissionais de “ética”, que ele prefere chamar de códigos deontológicos, como os dos profissionais da informação e os profissionais da comunicação, que estão literalmente amarrados à Declaração Universal. Portanto, a Era da Informação na qual estamos imersos confronta, de forma mais aguda e radical, a validade, a sustentabilidade e a “atualização” do dito fundamento ético para este tempo e para o futuro. Isto, como esclarece Malheiro, nos coloca diante de um desafio complexo diante da Ética, sendo que a melhor maneira de ilustrar e compreender a sua magnitude é através da reflexão pensada na correlação direta com problemas, com deliberada intenção de estimular o debate.

Assim, citamos os seguintes pontos:

(a) **(Des)regulação da liberdade:** nesse aspecto vamos pensar sobre os ideais franceses. Liberdade, Igualdade e Fraternidade formaram o lema programático e ético-político da Revolução Francesa, sendo que a Liberdade se instituiu como direito fundamental e inalienável do ser humano, lançando-se a partir dele um anátema claro contra a servidão e suas múltiplas formas (desde a escravatura e tráfico de escravos até atuais dependências como a das drogas, dos videojogos ou da internet). Em *L’Imaginaire d’Internet*, Patrice Flichy (2001) mostra que os “países fundadores” da tecnologia e do movimento ideológico que a modelaram visavam a um ideal anarquista de subversão de barreiras e constrangimentos à liberdade total de expressão de informação e comunicação à escala planetária (ou até galáxia). Assim, a Informática e a Rede mostram a possibilidade desse “ideal”, bem como uma tensão forte entre a regulação e a desregulação da liberdade de opinião, de expressão e de comunicação individual e coletiva. Diante da possibilidade de emissão e transmissão rápida, instantânea e impactante da informação por cidadãos identificados e anônimos, grupos conhecidos e desconhecidos, organizações de qualquer tipo, os Estados e o Poder, sentindo-se ameaçados reagem e impõem restrições. Basta ver a ausência ou controlo sobre o Google em diversos países numa violação clara à Declaração

Universal dos Direitos do Homem, proclamada desde 1948³, que muitos países assinaram. Diante de tais colocações, o palestrante destaca um problema que se traduz muito mais por um dilema sem solução à vista, pelo menos em curto ou médio prazo. “Veja-se o terrorismo: os terroristas são privados de liberdade, mas os cidadãos inocentes são vigiados na rua e nas redes” (MALHEIRO, 2017).

(b) **Imperativo da responsabilidade:** ao abordar a (des)regulação da liberdade enquanto um dos problemas a ser enfrentado no campo da ética da informação, Malheiro (2017) inclui o que ele denomina de segundo problema, ou seja, imperativo da responsabilidade. Para ele, ser responsável opõe-se radicalmente a ser indiferente, a ser cego e surdo ao próximo e aos contextos em que se vive. O princípio da responsabilidade social implica assumir uma obrigação para com a comunidade em que se vive, na qual trabalha e para a qual devemos dar nosso empenho e voz. E provoca-nos ao indagar: o que é do ponto de vista ético ser responsável hoje na Era da Informação? A exemplo, o Facebook, publicizado equivocadamente de “rede social”, criado pelo norte-americano Mark Elliot Zuckerberg, tem hoje 1.900 milhões de usuários ativos por mês e, a cada minuto, entram na rede do Facebook 600.000 conteúdos, dos quais 133.000 são fotografias ou vídeos, gerando dois milhões e meio de interações. Após o sucesso crescente do Facebook, seu fundador reconhece a necessidade de um empenho sério na proteção dos usuários diante da natureza de certos tipos de informação (crimes na *Web*, pornografia, pedofilia, etc.).

De acordo com Malheiro (2017), o problema ético da responsabilidade do Facebook começa em sua origem e modelo de negócio. Não se trata de um canal, mas de uma empresa privada com um modelo de negócio assentado na “publicidade viral”. A informação que acolhe e dissemina não é do criador, do ponto de vista da criação cognitiva e subjetiva, mas o espaço de comunicação que gere e sustenta o privado, o que implica assumir responsabilidade de atenção ao que fica em seu “poder”, ponto que se liga com o da propriedade intelectual. Outro fator, também, preponderante diz respeito às postagens anônimas ou ao uso do pseudônimo, prática complicada e denota uma desresponsabilização e intencionalidade problemática dos autores das postagens.

O Facebook não pode ser eticamente indiferente à desresponsabilização ou intencionalidade negativa dos seus usuários, assim como estes aproveitam uma ausência de controle sobre a forma e o conteúdo das mensagens, diz Malheiro (2017).

(c) **Ideia de propriedade intelectual:** ao tratar da (des)regulação, Malheiro aponta para o que ele denomina de terceiro problema, que diz respeito diretamente à propriedade intelectual, uma invenção da modernidade para assegurar a sobrevivência autônoma do intelectual, do artista, do escritor, do criador. Para adentrar a questão, o palestrante adota o mesmo exemplo, dirigido para o problema, dizendo que é preciso respeitar o reconhecimento de que o conteúdo, ou seja, o produto não é exclusivo de uma só pessoa, ou de um grupo. Esta premissa foi questionada juridicamente através da ação penal que um jovem austríaco levantou contra o Facebook exigindo de volta toda a informação que postou na página criada por ele. Por conseguinte, a Justiça austríaca, seguindo a Lei de “Direito de Autor”, deu razão ao jovem. Mas se o Facebook é uma empresa privada cujo negócio é explorar a informação que abertamente recebe para seletivamente dirigir informação publicitária aos seus usuários, essa “matéria-prima” não é pertença do Facebook? Pode-se deduzir que o Facebook não compra a sua matéria-prima (excelente negócio!),

³ Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

mas obriga os autores da matéria-prima a assinarem um contrato de “doação voluntária”. Logo, de quem é a propriedade?

Certamente que o Facebook assumiu legalmente posse sobre a “matéria-prima”, mas à luz do Direito de autor clássico, usuário é naturalmente o “dono” de seus conteúdos. No entanto, a plataforma Facebook e outras congêneres potenciaram também a partilha imediata e generalizada da informação através de postagens e comentários, então, onde fica a propriedade intelectual? Estamos perante uma pluralidade de “proprietários”, afirma Malheiro (2017).

(d) **A rede (in)segura:** é fácil perceber como os problemas se ligam entre si e que o exemplo dado nos anteriores pode continuar útil. É um problema ético. Como as pessoas perdem a noção do princípio de reserva, de confidencialidade, de intimidade e de privacidade para se exporem a outros de uma maneira que as mesmas pessoas ficariam inibidas diante de um grupo ou de outra pessoa. A tecnologia parece criar uma sensação forte de ausência do outro, embora a rede esteja repleta de milhões de outros. Temos uma primeira dimensão de (in)segurança na medida em que as pessoas se expõem esquecendo que não estão seguras da sua intimidade ou privacidade, e numa segunda dimensão, o meio tecnológico tem especificidades próprias que continuam a impedir que haja ainda uma inviolabilidade plena por parte de “usurpadores” ou “ladrões de dados”. O hackerismo afronta claramente a Declaração Universal, mas, ao mesmo tempo, é aproveitado como um estímulo positivo para uma maior segurança da rede. “Do ponto de vista tecnológico e científico é bom, do ponto de vista do direito à privacidade de todo e qualquer cidadão ou empresa é eticamente condenável e configura crime” (MALHEIRO, 2017). Perante este paradoxo, parece que o inevitável é que esta dualidade permaneça sem solução ética, mas com a mera intervenção do Direito e da Justiça.

1.4 A Responsabilidade Social da CI como Competência Ética

Professor Gustavo Henrique de Araújo Freire, mediador do painel, continuando as apresentações, convidou para tomar assento à mesa e fazer uso da palavra a Professora Isa Maria Freire. Ocasão em que o professor leu o currículo Lattes da palestrante com a sensibilidade de destacar os trabalhos publicados e orientados pela expoente sobre os pontos focais de sua fala: responsabilidade social e competência ética. De posse da palavra, a Dra. Isa Maria Freire explicou que tomando o tema do painel como fio condutor, seu propósito era segui-lo, referenciando reflexões realizadas em trabalhos anteriores, a propósito dos desafios éticos da Ciência da Informação na perspectiva da responsabilidade social dos profissionais da informação e no contexto do regime de informação da sociedade em rede. A palestrante destacou que tudo se iniciara com sua tese de doutorado (2001) sobre o enunciado de Wersig e Neveling (1975), acerca da “responsabilidade social da ciência da informação”, interpretado, *ex post facto*, como um *indício da consciência possível* de um grupo de cientistas no campo da ciência da informação. Seu pressuposto foi que os autores expressaram, de forma coerente e adequada, uma visão de mundo no campo científico, ampliando a ideia de *função social da ciência da informação*. Desse modo, tomada pelo espírito de Clio, ela traçou seu discurso fazendo uma espécie de retrospectiva de seu próprio fazer.

Em 2013, desenvolveu uma pesquisa exploratória buscando os “Indícios da temática *responsabilidade social* na literatura da Ciência da Informação”, indexada pela Brapci (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos da Ciência da Informação). A pesquisa adotou o

método indiciário e o *brauseio* como instrumentos para a identificação dos indícios de produção sobre a temática na literatura brasileira indexada pela Brapci. Para ela, a produção sobre a temática estava visivelmente em ascendência na literatura brasileira, em número de autores e artigos, abordando temas relacionados à *epistemologia* (responsabilidade social como fundamento da Ciência da Informação), à *teoria* (ações de política e gestão na sociedade da informação) e à *aplicação* (gestão em unidades de informação). Os resultados considerados mais produtivos para produção da pesquisa foram obtidos com o termo de busca *responsabilidade and social*. Dentre 78 artigos, a palestrante selecionou 40 cujas temáticas ela considerou pertinentes ao escopo do exercício.

No intervalo de tempo de 1999 a 2012, foram identificados 50 autores que publicaram sobre *responsabilidade social da CI*, predominando os que publicaram apenas um artigo no intervalo de 13 anos coberto pela pesquisa. Frente aos dados coletados, a palestrante observou que quase 40% dos artigos foram publicados com autoria dupla, totalizando 17, todavia, na amostra, apenas duas duplas se repetiram, tendo publicado dois artigos, cada uma, no período. No contexto que tecemos com os instrumentos utilizados, encontramos evidências plausíveis e aceitáveis de que a temática Responsabilidade Social despertava o interesse de um núcleo de pesquisadores, incluindo-se a si mesma.

Por conseguinte, desde 1999, a pesquisadora toma como campo de reflexão teórica a responsabilidade social da CI. Até 2016, foram 21 artigos publicados em 11 periódicos brasileiros da área, para além de várias comunicações orais em eventos como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB), Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação (CINFORM), Seminário em Ciência da Informação (SECIN), dentre outros. Desde 2010, na primeira edição do SBEI, tem-se contextualizado a aplicação do conceito na sociedade em rede, trazendo para a rede conceitual da responsabilidade social da CI o construto de inteligência coletiva de Pierre Lévy (2000).

De acordo com Isa Freire, Pierre Lévy (2000) propõe que ao longo do tempo histórico as sociedades humanas desenvolveram *espaços antropológicos*, que se iniciam com a possibilidade de exploração do primeiro grande espaço aberto à nossa espécie: a Terra. Os modos de conhecimento específicos desse primeiro espaço são os mitos e os ritos. O segundo espaço, o do Território, emergiu com o neolítico e suas inovações socioculturais: a agricultura, a cidade, o estado e a escrita, dando início à história e ao desenvolvimento dos saberes de tipo sistemático, teórico ou hermenêutico, fazendo surgir “as organizações orientadas por lógicas de pertencimento ou de exclusão” (FREIRE, 2017). O terceiro espaço, o das Mercadorias, tem o fluxo como princípio organizador: fluxo de energias, de matérias-primas, mercadorias, capitais, mão de obra, informações, o que supera os anteriores em velocidade. Desse estágio emerge o espaço do saber, caracterizado pela inteligência e pelo conhecimento coletivo com uma função hegemônica sobre os demais, no rumo do *noolítico* (Idade do sicílio).

É no contexto da disseminação das tecnologias digitais de informação e comunicação que emerge, na sociedade contemporânea, o *espaço* caracterizado pela “inteligência e [...] saber coletivos, cujo advento definitivo não está em absoluto garantido por [...] leis da história” (LÉVY, 2000, p.24) e que teria a vocação de comandar os demais espaços. Nesse espaço, seria necessário “[...] engajar a singularidade, a própria identidade *pessoal* na vida profissional”, numa dupla mobilização subjetiva, “bastante individual, de um lado, mas ética e cooperativa, de outro” (LÉVY, 2000, p.23). Na sociedade em rede, “o saber tornou-se a nova infraestrutura” (LÉVY,

2000 p.19). Na visão deste autor, no *espaço do saber*, as TDICs devem nos permitir “compartilhar nossos conhecimentos e apontá-los uns para os outros, o que é a condição elementar da inteligência coletiva”, engajando a identidade pessoal na atividade profissional, numa dupla mobilização: individual, mas coletiva, ética e cooperativa. Nesse processo de construção da inteligência coletiva, destaca-se a relevância de uma *engenharia do laço social*, que pode ser vista como “a arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas”. No núcleo da engenharia do laço social, desenvolve-se a *economia das qualidades humanas*, cuja ação implicaria a emergência de uma ética da inteligência coletiva, ou uma ética do melhor. É nesse contexto que abordamos a comunidade científica como espaço de criação e compartilhamento de saberes, e a Ciência da Informação como tear interdisciplinar onde reunimos os fios da trama conceitual e desenhamos um padrão que une a informação.

Como ressalta Freire (2017), o propósito não é apenas refletir, mas, especialmente, contribuir para a formulação e discussão de modelos de intervenção no regime de informação do ciberespaço, criando oportunidades para um projeto de inteligência coletiva na comunidade acadêmica. Nesse sentido, estamos experimentando entrelaçar, na rede conceitual, o fio conceitual da competência ética (VARELA, 1995), de modo a aproximá-la da perspectiva de uma inteligência coletiva fundamentada nas qualidades humanas, no contexto da *responsabilidade social da CI*. Para Varela (1995), a competência ética consiste no reconhecimento da exigência, na vida humana, de uma prática transformadora, fundamentada em um saber próprio que afirma nossa condição de espécie gregária, solidária e consciente de si e do outro. Na abordagem desse autor, a competência ética seria ao mesmo tempo pessoal e social, individual e coletiva, biológica e cultural, como no processo da inteligência coletiva. Como explica Freire (2017), a tese de Varela (1995) fundamenta-se na visão do observador [sujeito] como um sistema vivo, autopoietico [isto é, auto-organizador]. Este sujeito está integrado em um contexto histórico e social o qual, por sua vez, deve ser visto como resposta à pressão do devir biológico da espécie, no seu longo esforço de adaptação [evolução] às variações do ambiente. Esse sistema gera múltiplas narrativas, sucessivos domínios de descrições ou quadros de referência, mediados pela linguagem e alimentados pela interação social. Varela propõe que “a ética está mais próxima da sabedoria do que da razão; mais próxima da compreensão deve ser o bem do que da formulação de princípios corretos”. Nas ciências que estudam a mente e o conhecimento, pouca atenção tem sido dada à compreensão da nossa habilidade para solucionar problemas imediatos a partir de um *saber fazer*. Defende-se um ponto de vista emergente nas ciências cognitivas, mediante a proposição de que as unidades apropriadas de conhecimento são concretas, corporificadas, vividas, pois o mundo não é algo que nos é “dado”, mas é alguma coisa da qual participamos graças ao modo como nos movemos, tocamos, respiramos e comemos. Assim, a cognição não é formada por representações, mas por ações corporizadas. Nossa memória ancestral está no corpo, de modo que o saber fazer coloca-se em contraposição à reflexão e à análise, o como fazer registrado pela escrita.

A maior parte da nossa vida mental e ativa está centrada em habilidades desenvolvidas ao longo da evolução humana, acrescidas das nossas próprias experiências pessoais. Contudo, esse saber fazer adquirido ao longo da história é transparente para a nossa cognição. Assim, não temos consciência do *saber fazer* no cotidiano. É necessário desenvolver essa consciência, e a esse processo Varela denomina de *competência ética*. Portanto, uma enorme parte da nossa vida, trabalhar, mover-se, falar, comer, manifesta-se como *saber fazer*. Um autêntico cuidar de si mesmo representaria o verdadeiro fundamento do Ser Humano, e poderia se tornar plenamente manifesto através de uma bem-sucedida prática ética. Este saber fazer representaria também um

saber viver, fundamentado numa prática transformadora que nada mais requer senão uma consciência, momento a momento, da natureza virtual de nós mesmos. Assim, o ponto central na competência da ética consiste no reconhecimento da exigência, na vida humana, de uma *prática transformadora* de modo a colocar em ação a afirmação científica de que somos uma espécie gregária, solidária e consciente.

Entrelaçando os fios de uma rede conceitual sobre uma competência ética, necessária ao profissional da informação na sociedade contemporânea, Freire (2017) reconhece que não há um manual a consultar sobre ‘como fazer’, nem um mapa a seguir para o desenvolvimento de competências profissionais no contexto de um saber fazer ético. Isso representa uma oportunidade histórica para os profissionais da informação, no que diz respeito a novas formas de atuação colaborativa, como uma *inteligência coletiva* para criar e desenvolver modos e meios para inclusão informacional *pari passu* com ações para cidadania (como portais de transparência) e inclusão social (como o empoderamento de grupos na *Web*). Essa visão pode significar um novo olhar sobre a prática, os conceitos e tecnologias no campo da Ciência da Informação. Um olhar que contemple o outro, e possa traduzir-se no desenvolvimento de uma *práxis* que nos aproxime, o mais possível, das pessoas e grupos nos quais a informação poderá se manifestar como possibilidade de conhecimento; para não esquecer que o ‘outro’ sou eu, na dupla hélice do DNA.

2 PONDERAÇÕES SOBRE O EVENTO

A proposta deste III Simpósio Brasileiro de Ética da Informação foi discutir e registrar preocupações éticas relativas à temática “Ética da informação na *Web*”. Reconhecemos que esse evento demonstra um passo importante em direção a uma abordagem mais crítica da competência em informação, adotando uma perspectiva mais próxima dos preceitos dos estudos sobre a temática.

As menções e recomendações, trazidas à baila pelos interlocutores e postas neste Relatório, mostram estar alinhadas com o que vem sendo trabalhado pelos principais autores da ética em informação, e, por outro lado, ampliando a análise e a crítica englobando o ciberespaço, seja propondo um olhar para um contexto global, para particularidades culturais, ou para a posição de consumidor, produtor e/ou organizador de informação. Portanto, este documento corrobora a compreensão de que a ética perpassa o fluxo informacional e sua relação com o mundo contemporâneo.

Tendo em vista a relevância desse encontro para reflexões e atuações em temas ligados à Ciência da Informação, mais especificamente, para os estudos em Ética da Informação na *Web*, acreditamos que tais discussões, imprimidas nesse evento, devam servir de análises e debates entre a comunidade acadêmica. Com o debate a respeito dessas questões, dialogando para construir coletivamente o conhecimento, podemos vislumbrar a elasticidade da discussão, e mais atentos às mudanças sociais, culturais, tecnológicas, enfim, contribuindo com entendimentos sobre caminhos possíveis para a formação de cidadãos mais éticos e críticos.

O SBEI atingiu os objetivos propostos, visto que mobilizou notáveis pesquisadores de referências nacionais e internacionais em torno da discussão sobre a ética da informação na *Web* aglutinando no auditório da Biblioteca da FEA/USP aproximadamente noventa inscritos com a média de cinquenta participantes por sessão. Todos e todas atent@s indagadores não hesitaram o diálogo, como foi a proposta do SBEI. Desse modo, concluímos com a certeza da necessidade de

continuar o debate. Por essa razão, evocamos Fernando Sabino com o poema “O Encontro Marcado” e o parafraसेamos: De tudo, ficaram três coisas.../ A certeza de que estamos começando.../ A certeza de que é preciso continuar.../ A certeza de que podemos ser interrompidos/ antes de terminar.../ Façamos da interrupção um caminho novo.../ Da queda, um passo de dança.../ Do medo, uma escada.../ Do sonho, uma ponte.../ Da procura, um encontro! Que venha 2018! Rumo ao IV SBEI!

Os organizadores do III SBEI agradecem a todos e a todas que contribuíram para a realização e sucesso deste evento, em especial aos palestrantes que motivaram com suas contribuições provocadoras a discussão e a importância da escolha temática do evento.

REFERÊNCIAS

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

BRASCHER, M., CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: Enancib - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008. **Anais...**, São Paulo. Diversidade Cultural e Políticas de Informação, 2008.

CAPURRO, R. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información, In: Luis Germán Rodríguez L. y Miguel Ángel Pérez Álvarez (coord.): **Ética multicultural y sociedad en la red**. Fundación Telefónica, Madrid, 2014, 3-25.

CATARINO, M. E., CERVANTES, B. M.N., ANDRADE, I. A. de. A representação temática no contexto da web semântica. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 25, n.3, p.105-16, set./dez.2015.

_____; SOUZA, T. B. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, Campinas, v.24, n.2, p.77-90, maio/ago.2012.

DAHLBERG, Ingtraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v.20, n.4, p.211-222, 1993.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed 34, 2015.

_____. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FLICHY, Patrice. **L’Imaginaire d’ Internet**. Paris: La Découvert, 2001.

FREIRE, I.M. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Dout. Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2001.

_____. Uma inteligência coletiva no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTI. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, p. 169-186, 2016.

_____. Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação. **Informação & Tecnologia**, v.1, n.1, 2014.

FROHMANN, B. **Foucault, Deleuze, and the ethics of digital networks**. International ICIE Symposium. Disponível em: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/documents/icie%20iv%20foucault%20deleuze.pdf>. Capturado em 25-04-2017

_____. O caráter social, material e público da informação. In: FUGITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L.G. **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da Informação**. São Paulo: FUNDEPE-UNESP, 2006 Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/829/O%20car%C3%A1ter%20social,%20material%20e%20p%C3%ABlico%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>>

FUJITA, M.S.L. A política de indexação para representação e recuperação da informação In: Política de indexação. São Paulo; Marília: **Cultura Acadêmica; Oficina Universitária**, 2012, v.1, p. 17-30.

GILSON, E. C. **Ethics and the ontology of freedom: problematization and responsiveness in Foucault and Deleuze**. Foucault Studies, n. 17, p. 76-98, abril, 2014. Disponível em:<<https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/4254>> Capturado em: 25-04-2017

GUIMARÃES, J.A.C, MILANI, S.O., PINHO, F.A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Enc.Bibli: R. Eletr.Bibliotecon.Ci.Inf.**, Florianópolis, n.25, p.124-135, 2008.

LÉVY, P. A inteligência coletiva: **por uma antropologia do ciberespaço**. SP: Loyola, 2000.

_____. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LISSOVSKY, M. **Pausas do destino: teoria, arte e historia da fotografia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

MACIEL, A. **O tempo aberto: tempo, pensamento e desejo** aula 01 02 de 02, 2002. Disponível em: <http://www.lojacomunicacao.com/clientes/auterives/sala/cursos/henri-bergson/o-todo-aberto-tempo-pensamento-e-desejo-aula-01-02-de-06/>. Disponível em 25-04-2017.

_____. **O tempo aberto**: tempo, pensamento e desejo. Aula 03 01 de 02, 2002. Disponível em: <<http://www.lojacomunicacao.com/clientes/auterives/sala/cursos/henri-bergson/o-todo-aberto-tempo-pensamento-e-desejo-aula-01-05-de-05/>>. Capturado em: 25-04-2017

MOSTAFA, S. P.; NOVA CRUZ, D. Da potência à liberdade: expressão, comunicação e verdade. In: XI COLÓQUIO HABERMAS & II COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO. **Anais...**, 2015 p.58-68. Disponível em: <<https://coloquiohabermas.files.wordpress.com/2016/03/anais-xi-coloquio-habermas-e-ii-coloquio-de-filosofia-da-informacao1.pdf>> capturado em 25-04-2017.

_____; NOVA CRUZ, D.; AMORIM, I. S. Primavera nos dentes: fuga e resistência na era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 360-374, novembro 2015.

RAMALHO, R.A.S., OUCHI, M.T. Tecnologias semânticas: novas perspectivas para a representação de recursos informacionais. **Inf.Inf.**, Londrina, v.16, n.3, p.60-75, jan./jun.2011.

ROMERO, J.C. Dilemas éticos en clasificación y lenguajes documentales. In: Actas del Congreso ISKO Capítulo Espanhol, 10., Ferrol, 2011. p.487-497.

SOUZA, R. R., ALVARENGA, L. A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n.1, p.132-141.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.